



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

Praça do Centenário, 103 - Centro - Paraisópolis-MG - 37.660-000
Telefone: (35) 3651-1500 - e-mail: pmparaisopolis@gmail.com

PROCESSO Nº 176/2022 - TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO DMECEL Nº 04/2022

OBJETO: TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS E A OLIMPÍADA DE PARAISÓPOLIS DE INVERNO E SOLIDARIEDADE, PARA ANGARIAMENTO DE RECURSOS QUE SERÁ DISTRIBUÍDO ENTRE AS ENTIDADES BENEFICENTES APAE, ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, CASA DA CRIANÇA E HOSPITAL FREI CAETANO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, inciso II da Lei Federal n.º 13.019/2014 e Art. 22, inciso II do Decreto Municipal n.º 2.701, de 12 de janeiro de 2017. Lei Municipal n.º 2.703, de 28 de setembro de 2021, com a alteração dada pela Lei n.º 2.771, de 8 de junho de 2022.

EMPRESA ADJUDICADA: OLIMPÍADA DE PARAISÓPOLIS DE INVERNO E SOLIDARIEDADE, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.734.873/0001-38.

Considerando as especificidades da Lei n.º 13.019/2014, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 2.701/2017, quanto à inexigibilidade do chamamento público, ato respaldado na mesma lei, em seu art.º 31;

Considerando que por intermédio da Lei n.º 2.703, de 28 de setembro de 2021, com a alteração dada pela Lei n.º 2.771, de 8 de junho de 2022, foi autorizado ao Município a Concessão de Subvenção à OLIMPÍADA DE PARAISÓPOLIS DE INVERNO E SOLIDARIEDADE;

Considerando que o presente Termo de fomento possibilita ao Município contornar as falhas e preencher as lacunas que eventualmente inviabilizam o correto atendimento dos anseios sociais pela Administração;

O Departamento Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por meio de sua Diretora, solicita a formalização de Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público, para a realização de Parceria, através de Termo de Fomento, nos termos da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e do art. 22, II, do Decreto n.º 2.701, de 12 de janeiro de 2017, entre o Município de Paraisópolis e a Olimpíada de Paraisópolis de Inverno e Solidariedade, portadora do CNPJ n.º 37.734.873/0001-38.

Justificativa da realização da parceria: A OPIS foi criada em Paraisópolis em 1998 como entidade sem fins lucrativos, e tem por finalidade o angariamento de recursos financeiros através de doações e voluntariado de pessoas naturais e/ou jurídicas, de direito público ou privado, em dinheiro ou em bens relacionados com o exercício de suas atividades que será distribuídos entre as entidades beneficentes: Apae, Asilo, Casa da Criança e Hospital.

O Município tem a obrigação através de um conjunto integrado de ações, de garantir o atendimento às necessidades básicas promovendo e incentivando a colaboração da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

Praça do Centenário, 103 - Centro - Paraisópolis-MG - 37.660-000

Telefone: (35) 3651-1500 - e-mail: pmparaisopolis@gmail.com

sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

As organizações da sociedade civil e demais movimentos sociais acumularam, durante anos, um grande capital de experiências e conhecimentos sobre formas inovadoras de enfrentamento das questões sociais e de garantia de direitos. A partir dessa colaboração é possível qualificar políticas públicas e promover sua aderência às demandas sociais. A presença da sociedade civil no ciclo de gestão das políticas públicas coloca em relevo a participação como instrumento necessário de gestão pública que, ao apontar direções e criar consensos e prioridades para ação estatal, contribui para o salto pretendido entre a igualdade formal, jurídico-legal (“todos iguais perante a lei”), e a igualdade material, econômica.

Dessa forma, os arranjos institucionais devem propiciar uma atuação colaborativa entre Administração Pública e sociedade civil, ampliando o alcance, a diversidade e a capilaridade das políticas públicas, diante da enorme complexidade dos problemas sociais. Sob essa ótica, a abertura de espaços dentro da Administração Pública para a participação da sociedade civil é fundamental para a formulação, monitoramento, execução e fiscalização das políticas públicas.

Outrossim, sabe-se que as compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei, sendo que o fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Assim também disciplina a Lei n.º 13.019/2014 e o Decreto nº 2.701/2017, no caso das modalidades de parcerias dispostas pela lei, termo de colaboração e de fomento, de modo que a sociedade civil é selecionada por intermédio de um chamamento público pela administração.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

A modalidade aplicada pela lei é o Chamamento Público. Como o chamamento é uma disputa, para que ocorra, é indispensável que haja pluralidade de objetos e pluralidade de ofertantes para que ele possa ocorrer.

No entanto, a Lei prevê, em seu art. 31, que, se houver impossibilidade jurídica de competição, o chamamento não será realizado, por ser inexigível. O legislador procurou garantir a eficiência e a utilidade, por meio de inexigibilidade licitatória, seja em virtude da natureza singular do objeto plano de trabalho, ou pela inviabilidade de concretização das metas por apenas uma entidade específica.

“Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

Praça do Centenário, 103 - Centro - Paraisópolis-MG - 37.660-000

Telefone: (35) 3651-1500 - e-mail: pmparaisopolis@gmail.com

sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. “

No caso em questão verifica-se viabilidade da dispensa do chamamento público aplicando-se a inexigibilidade, com a base jurídica supracitada, haja vista tratar-se de entidade a que foi destinada subvenção social, nos termos da Lei nº 2.703, de 28 de setembro de 2021, com a alteração dada pela Lei nº 2.771, de 8 de junho de 2022.

Assim, a formalização do Termo de Fomento, possibilitará a Fundação Educacional de Paraisópolis, por meio da conjugação de esforços com o Município, o atendimento à sua finalidade social.

Em anexo, para análise da Comissão de Seleção designada pela Portaria nº 563, de 20 de janeiro de 2022, estão os documentos elencados no art. 35 do Decreto Municipal nº 2.701, de 12 de janeiro de 2017.

Diante do exposto, solicito a Vossas Senhorias que se dignem analisar a parceria pretendida, para posterior autorização e ratificação da presente justificativa, com a determinação de sua publicação no site do Município de Paraisópolis, pelo período de 05 (cinco) dias, para que, havendo outra instituição com expertise, manifeste seu interesse, e, não havendo manifestação deverá ser publicada também no Mural do Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, para que se produza a eficácia do ato.

Solicito ainda a verificação junto ao Departamento Municipal de Contabilidade e Orçamento da existência de crédito orçamentário e disponibilidade financeira para atender às respectivas despesas, na forma da Lei, bem como a emissão do competente Parecer Jurídico.

Paraisópolis, 1º de julho de 2022.


MARLENE CARVALHO

Diretora do Departamento Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer